

A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE NA PRODUÇÃO TEXTUAL

Cristina Carneiro Rodrigues*

A concepção habitualmente divulgada a respeito do fazer do narrador, do teórico e do tradutor é a de que todos os três são considerados neutros e objetivos, escrevem sobre fatos, dados, acontecimentos, traduzem o mundo, a realidade, os textos. Minha intenção é questionar tal noção.

O que motivou este questionamento, foi um artigo de Jenny Simonin-Grumbach¹ sobre tipologia textual. Ela parte da distinção feita por Benveniste² entre o plano do discurso e o da história e propõe uma tipologia de textos empregando como critério básico as relações que se podem estabelecer entre *enunciação* (ato de apropriação do sistema lingüístico) e *enunciado* (resultado do ato de apropriação). Essas relações são determinadas a partir de marcas explícitas, identificáveis nos textos: tempos verbais; pessoas verbais; determinação em situação, ou seja, verificação se os articuladores remetem à situação de enunciação ou à do enunciado.

* Professora do Departamento de Teoria Lingüística e Literatura da Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto.

¹ "Para uma Tipologia dos Discursos" (1975). In: JAKOBSON, R. et. alii. *Língua, Discurso e Sociedade*. São Paulo : Global, 1983.

² BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo : Nacional/EDUSP, 1976.

Tomando como base esses parâmetros, Simonin-Grumbach identifica cinco tipos de enunciações: o *discurso*, subdividido em oral e escrito, dependendo da situação a que os articuladores remetem; a *história*; o *discurso indireto*, subdividido em discurso direto, discurso indireto e estilo indireto livre, dependendo dos tempos verbais e pessoas empregados; *textos teóricos*; *textos poéticos*. Considera que o plano do discurso é subjetivo por haver a presença de traços de determinação em relação à situação: o eu é aquele que assume a enunciação. O plano da história seria objetivo, por não apresentar esse tipo de traço. A subjetividade e a objetividade dependeriam da presença ou ausência de traços de determinação em relação à situação.

Para fazer a distinção entre os vários tipos de texto que apresenta, a autora sempre recorre a critérios estruturais. Assim, o sujeito lingüístico que aparece na superfície do texto é classificado como pessoa do discurso ou como não-pessoa da história, dependendo exclusivamente da combinação dos outros elementos na seqüência textual. Na classificação do texto teórico, entretanto, ela afirma que as marcas que aparentemente remeteriam à situação de enunciação referem-se ao interdiscurso. Seriam referências ao próprio texto ou a outros textos, o que a leva a concluir que o discurso teórico é objetivo. Simonin-Grumbach afirma também que, nesse caso, o sujeito é "enfraquecido". Mesmo que no texto teórico ocorram as marcas de superfície do plano do discurso (je/eu, tempo verbal presente, dêiticos), o je/eu teria apenas a significação de "*autor do texto, e não sujeito (no sentido subjetivado) fora do texto*".³ Assim, a primeira pessoa verbal, no caso do texto teórico, não remeteria a um sujeito fora do texto, porque não estaria relacionada à situação de enunciação. Não seria uma asserção de um sujeito enunciador envolvido. Daí a aparência de objetividade desse tipo de texto, ainda que se empregue je/eu.

Isso decorre da aceitação, por Simonin-Grumbach, da distinção entre o discurso pessoal e impersonal feita por Todorov⁴, que opõe as duas categorias baseada no conceito de transferência de Freud. Quando há integração de um elemento do passado no discurso presente, Todorov

³ Op. cit. p.58.

⁴ TODOROV, Tzvetan (1970). Freud sur l'énonciation. *Langages* 17, mars 1970, p.35-41.

considera que o discurso é pessoal: os dois interlocutores têm presença ativa, ou seja, o paciente coloca elementos da enunciação (os próprios interlocutores) na sua fala, na sua produção oral. No discurso impessoal, por outro lado, há apenas evocação, lembrança. Nesse tipo de discurso, não há transferência, ou seja, os elementos da enunciação não são introduzidos no enunciado, não há a presença ativa dos dois interlocutores. Trata-se de uma "narrativa" que Todorov compara ao plano da "história" descrito por Benveniste.

O discurso impessoal seria, assim, centrado no passado, enquanto o discurso pessoal seria centrado no presente. Para Todorov, o discurso impessoal corresponde ao lembrar, ao narrar; o pessoal, ao sentimento, à ação. No discurso impessoal não há referências à situação de enunciação; o discurso pessoal sempre se refere a ela, especialmente aos interlocutores (analista e analisado).

No discurso pessoal o eu que fala é considerado por Todorov o verdadeiro protagonista, comprometido com seu discurso. Trata-se do agir. No impessoal, o autor supõe que não haja esse engajamento: haveria um distanciamento, seria como se os fatos narrados não afetassem diretamente o eu que fala. Trata-se do narrar. Laplanche e Pontalis⁵ consideram, entretanto, que há engajamento também no rememorar, pois o analisado pode, ao narrar fatos vividos (simbolicamente representados), ter como objetivo agradar o analista ou mantê-lo à distância. Todorov rejeita essas restrições dizendo que aceitá-la seria acatar um critério funcional, "externo", pois fundamentado em um "ter como fim", enquanto considera necessário ater-se a um critério estrutural, "interno".

E é a esse critério que, aparentemente, se atém Simonin Brumbach. Assim, do mesmo modo como Todorov considera que o enunciador não esteja implicado em seu dito ao narrar, Simonin-Grumbach considera que o teórico não marca seu trabalho como um sujeito enunciador pleno. E nesse movimento equipara o fazer do teórico ao narrar e ao recordar.

Sem dúvida, a face visível da produção do teórico é neutra, "impessoal". Mas isso faz parte das convenções que regem a escrita científica.

⁵ LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. -B (1967). *Vocabulário da Psicanálise*. 7.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1983.

ca, e é em função dessas normas que o teórico simula seu afastamento do texto. Simonin-Grumbach e Todorov, ao se aterem ao estrutural, ao imediatamente observável, mostram que não consideram como relevantes as condições de produção dos textos que analisam. A dicotomia estrutura x função em que se fundamentam seus trabalhos, e o privilégio dado à primeira, acabam por gerar uma distorção na análise.

A questão da distorção da análise gerada pela observação dos aspectos superficiais dos textos foi analisada por Coracini⁶, não sendo necessário retomá-la aqui. O importante é perceber a relação entre essas abordagens e a tradução.

Percebe-se que, assim como Simonin-Grumbach e Todorov privilegiam a forma em detrimento da função e deixam de lado as condições de produção dos textos, acabando por anular a participação do sujeito teórico e do sujeito narrador, cobra-se do tradutor a fidelidade à forma e ao conteúdo do texto de origem e exige-se que seu texto preencha a função de comunicar apenas e tão somente as intenções do autor original. Em outras palavras, espera-se que não tenha uma posição interpretativa, que transmita impessoalmente as idéias, as significações ou as intenções do texto original; espera-se, enfim, que seja "invisível".⁷

O problema, tanto no que se refere à dicotomia pessoal/impessoal de Todorov, à classificação de sujeito enfraquecido sugerida por Simonin-Grumbach, quanto à questão da tradução, parece ser o medo de cair na categoria da criação. A inclusão das experiências ou do ponto de vista do sujeito do fazer parece ser sistematicamente negada às três categorias. No entanto, um dos pontos que caracterizam o fazer dessas três categorias é a tomada de decisões, a escolha que norteia seus trabalhos. É impossível que sua produção possa ser neutra e impessoal, mera repetição de fatos, reprodução da realidade. É sempre necessário um trabalho interpretativo, criativo.

⁶ CORACINI, Maria José. *Por um fazer persuasivo: análise da subjetividade no discurso da ciência*. Campinas : Pontes, 1991. Análise do discurso: em busca de uma metodologia. *D. E. L. T. A.* v.7, n.1, 1991.

⁷ VENUTI, Lawrence. The translator's invisibility. *Criticism*, v. XXVIII, n.2, Spring, p.179-212.

O problema de abordagens do tipo da de Simonin-Grumbach é que, ao se tentar separar o estrutural do funcional, retiram-se da análise todos os elementos externos que exercem ação sobre a produção de um texto. Separa-se o texto de seu objetivo ou de seu motivo. Nesse sentido, Renato Mezan⁸ aborda a questão dos objetivos do texto teórico de modo penetrante. Considera que não se pode dizer que um pesquisador se interessa por determinado assunto em si, por sua novidade, ou por sua complexidade. Por trás de seu interesse haveria o "*desejo de resolver o problema*", de lidar com uma área não explorada e de dar "*a palavra definitiva*". Por trás do "*Interesse Intelectual*" existiriam "*problemas que, de uma forma ou de outra, dizem respeito ao investigador, fazem parte de suas inquietações e proporcionam um certo prazer ao serem abordados.*"⁹

No entanto, resiste-se em aceitar que o fazer ciência possa ser criativo. De acordo com Mezan, Freud também buscava manter seu trabalho em termos de adequação à realidade exterior, colocando sistematicamente, nos textos em que explicita sua posição, a fantasia, a criação, do lado da mentira e do erro. Mas Mezan vê um abismo entre essa explicitação e "*os conteúdos inconscientes que a sustentam [...] reconstituídos pela interpretação dos escritos de Freud.*"¹⁰

Nessa interpretação, Mezan cita um trecho de Estudos sobre a Histeria em que Freud diz que tem a impressão de que seus escritos carecem "*do severo selo da ciência*" e que apresentam um caráter mais literário, mas justifica isso por ser resultado da "*natureza do objeto*" de estudo, não dependendo de suas preferências pessoais.¹¹ Freud deseja colocar os processos psíquicos em uma categoria rígida de processos científicos e tentar explicar o processo de criação literária reduzindo a obra de arte à categoria de fantasias inofensivas. Mezan vê nesse movimento uma tentativa de defesa:

⁸ MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo : Brasiliense/CNPQ, 1985.

⁹ Op. cit., p.10.

¹⁰ Op. cit., p.606.

¹¹ Op. cit., p.607.

E a desconstrução analítica da obra de arte terá por efeito neutralizar este facínio, de ordem emotiva, para compreender por meio do intelecto os caminhos pelos quais ela atinge este efeito. A compreensão intelectual surge assim como instrumento de defesa, e muito mais do que defender-se contra uma ameaça exterior — para o que, diz Inibição, Sintoma e Angústia, basta a fuga ou o afastamento da fonte do perigo — trata-se de se defender de uma ameaça interna, a de se deixar fascinar pelos aspectos não-científicos de sua descoberta e executar obra de literato em vez de instituir-se em operário do saber. O artista faz aquilo que Freud não pode admitir, mas que aparece insistentemente como um risco interno à sua atividade de psicanalista: criar. Motivo pelo qual suas relações com o artista e com a arte serão marcadas por dois movimentos antagônicos de atração e de resistência, como se o artista reenviasse ao psicanalista a imagem de um aspecto de sua prática particularmente ambíguo.¹²

As teses dos autores aqui abordados fazem lembrar o mecanismo de defesa de que fala Mezan. Simonin-Grumbach parece tentar, ao propor a diferença entre o plano do discurso e o plano da teoria, preservar a ciência enquanto observação objetiva de mecanismos. Parece querer se mostrar como uma analista de fenômenos exteriores a ela e dela independentes. Está reiterando os procedimentos positivistas de estudos de linguagem, que determinam que se deve partir de dados observáveis e tentar achar neles as leis que os regem, sem interferência do ponto de vista do analista. A dicotomia de que ela parte — discurso pessoal x impessoal — mostra isso. Parte da própria concepção de que o narrar não é engajado, não é criativo. Seria, de acordo com sua visão, uma atividade baseada exclusivamente no que é percebido no exterior, em que o sujeito narrador não teria a mínima participação.

¹² MEZAN, op. cit., p.608.

A tentativa de colocar a tradução nos trilhos dessa visão positivista de ciência já nos proporcionou obras como *Os Problemas Teóricos da Tradução*, de Mounin, *Aspectos Lingüísticos da tradução*, de Catford e vários trabalhos de Nida. Todos buscam sistematizar o objeto, defini-lo e alcançar uma "visão correta" do processo. Todos, entretanto, deixam de lado o tradutor — o sujeito do ato de traduzir.

O tradutor, tanto quanto o sujeito que narra ou o sujeito que faz ciência, é o criador de seu fazer. É o responsável por todas as operações de seleção. Ele não é, entretanto, um indivíduo isolado, é um ser social, tendo suas condições de existência reguladas por certa ideologia. O narrador, o teórico e o tradutor são sujeitos, tanto no sentido de serem o centro de iniciativas, autores de seus atos, como no sentido de serem submetidos a regras e a normas e práticas sociais. Seus horizontes são influenciados pelo projeto ideológico da comunidade em que vivem.

Com essas palavras estou lembrando que não há como separar a produção de idéias das condições histórico-sociais em que elas são produzidas. Não relaciono, portanto, o criar à assistematicidade, à quebra de regras, a impulsos interiores, espontâneos, a uma inspiração emanada da alma do indivíduo. Considero que a determinação é dupla, ou seja, que a criação, a opção, a escolha do ponto de vista é movimento de duas vias, no sentido do sujeito participar com sua experiência, seus desejos, seus fantasmas, sua visão de mundo, mas também de ser guiado por princípios que incluem ideologia, estética, por valores de uma dada cultura e sociedade em certas condições sócio-históricas. Nesse quadro, não é o imediatamente observável que determina a produção do narrador, do teórico, do tradutor, pois a realidade é construída pelo sujeito.

Assim, falar em discurso pessoal em oposição ao impessoal, em sujeito "enfraquecido" do texto teórico, em tradutor invisível, acaba sendo estéril. Um narrador relata os "acontecimentos" de acordo com seu ponto de vista. O teórico trabalha de acordo com um certo modelo conceitual. Como poderia o tradutor escapar de uma visão de mundo, e ser neutro e objetivo ao traduzir?